



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	6149/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Monte Mor
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR
Período	12/2017
Relator	Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora	UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS
Responsável	WALTON ASSIS PEREIRA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	154.587.388-70
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR	R\$ 0.00	R\$ 44.472,48

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR	R\$ 0.00	R\$ 44.472,48	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 22.236,25

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 4.172.371,86	R\$ 177.564.696,60	2,3498%	6,0000%
4/2017	R\$ 4.475.176,88	R\$ 169.221.651,71	2,6446%	6,0000%
8/2017	R\$ 4.523.727,99	R\$ 169.300.129,31	2,6720%	6,0000%
12/2017	R\$ 4.780.274,59	R\$ 169.279.112,99	2,8239%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
---------	---------------	-----	---------	--------

6/2017	R\$ 4.423.384,76	R\$ 171.413.893,53	2,5805%	2,5805%
7/2017	R\$ 4.482.288,44	R\$ 172.773.335,33	2,5943%	2,5805%
8/2017	R\$ 4.523.727,99	R\$ 169.300.129,31	2,6720%	2,5805%
9/2017	R\$ 4.547.192,56	R\$ 171.142.452,61	2,6570%	2,5805%
10/2017	R\$ 4.662.155,23	R\$ 173.223.015,49	2,6914%	2,5805%
11/2017	R\$ 4.735.741,05	R\$ 171.849.961,78	2,7557%	2,5805%
12/2017	R\$ 4.780.274,59	R\$ 169.279.112,99	2,8239%	2,5805%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,8239%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 499.845,51
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 85.931,92
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 413.913,59
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 0,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 0,00
Percentual de variação entre a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-100,0000%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 44.472,48	R\$ 0,00	R\$ 44.472,48	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 919.323,50	R\$ 919.323,50	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 42.428,99	R\$ 42.428,99	R\$ 0,00
Outros	R\$ 270.810,50	R\$ 7.919.725,81	R\$ 7.595.600,38	R\$ 594.935,93
Total	R\$ 315.282,98	R\$ 8.881.478,30	R\$ 8.601.825,35	R\$ 594.935,93

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 48,57%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 8.252.348,23
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 4.007.968,70
Despesa com folha/Transferências realizadas	48,57%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 115.916.561,04
---	--------------------

Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 945.658,77
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,82%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,82%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	55409
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 115.916.561,04
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 8.114.159,27
Total de Despesas do exercício	R\$ 7.353.989,84
Percentual Apurado	6,34%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 6,34%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/04/2018

Hora da Geração: 22:30:02